

DUBET, François et al. *Injustices: l'expérience des inégalités au travail*. Paris: Eds. du Seuil, 2006. 499 p.

Candido Alberto Gomes

A ciência não se expressa apenas em inglês, especialmente na filosofia e nas ciências humanas, mas também nas demais áreas do conhecimento. Verdades acadianas como esta costumam ser esquecidas, a exemplo do francês, que parece a caminho de tornar-se uma língua morta no Brasil. Claro que é mais cômodo aprender só uma segunda língua (quando se aprende) e ignorar a produção intelectual publicada em outros idiomas. Não devemos esquecer o impacto que teve Tobias Barreto na história das idéias no Brasil quando leu a filosofia alemã no original. À falta de cursos, o moço pobre e negro comprou numa livraria um dicionário e gramática alemães e encomendou a primeira obra filosófica nessa língua, que, quando chegasse de navio, já deveria encontrá-lo em condições de leitura. Como resultado da inquietação, da capacidade e da verve desse expoente da Escola de Direito do Recife, as idéias no Brasil nunca mais foram as mesmas.

A raridade crescente de pessoas conhecedoras de francês e outros idiomas pode levar a surpresas quando nos deparamos, pelo menos aqui, com a produção intelectual ilhada pelas barreiras lingüísticas, talvez a caminho de guetos em plena mundialização, guetos de grande diversidade criadora (a singularidade é burra, a pluralidade é inteligente). Este pode ser o caso do livro acima, de Dubet. Este sociólogo da educação abriu novos caminhos ao propor a sociologia da experiência. Esta tem em vista explicar mudanças da pós-modernidade, a partir do estilhaçamento da sociologia clássica. No caso da escola, a instituição edificadora da personalidade, criada para construir a

coesão das sociedades nacionais (na França, a escola republicana e leiga), constituiu resposta à emergência da sociedade urbano-industrial. Trata-se de solução da modernidade para problemas da modernidade. Com o torvelinho das mudanças e a estruturação das culturas juvenis, esta alternativa entra em crise e declínio (Dubet, 2002, 2003), o que gera a necessidade de descobrir novas formas de fazer a escola.

Dubet (s/d.) propõe, então, construir a noção de experiência social, "noção esta que designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade". Trocando em miúdos, o tecido de relações e grupos sociais da escola ganhou uma trama ainda mais intrincada. Esta instituição é comparável a uma arena onde se defrontam culturas de, pelo menos, duas gerações. Se os tempos mudaram, não é mais possível conceber a socialização como um processo em que uma geração transmitia à outra a herança sociocultural. A escolarização para todos e a ampliação do arco de diversidades levam-nos a conceber a socialização como o edificar da experiência individual (subjetivação) dos alunos em interação tanto com a cultura escolar quanto com as culturas adolescentes/jovens. Os discentes socialmente privilegiados, mais próximos da cultura escolar, se integram à cultura juvenil desafiando a escola dentro de certos limites, enquanto os das classes populares tendem a ser marcados por experiências de fracasso, de modo que a sua integração aos colegas e às culturas juvenis se faz pela via da afirmação pessoal, com rebeldia aberta contra a escola – um exemplo é a cultura da rua, da briga, das atividades econômicas paralelas contra a cultura escolar. Assim, o engajamento do aluno é altamente condicionado à negociação. Como a Escola Nova já percebia no início do século passado, a escola precisa centrar-se no processo de aprendizagem e no aluno, concebido como sujeito da educação. Enquanto antes a liderança do professor era predominantemente tradicional e, sobretudo, burocrática (acatada quase automaticamente, porque o professor era uma "autoridade"), hoje essa liderança é predominantemente carismática e necessita ser continuamente negociada para obter acordo com os educandos (Gomes, 2005).

Que tem isso a ver com o livro acima, considerado um inventário do sofrimento no trabalho ou o livro negro do trabalho? Com esta base da sociologia da experiência, Dubet e equipe desembarcam na análise das desigualdades em novo campo. Não é simples, mas se trata de uma pesquisa de custo certamente moderado, fruto dos apertos de verbas, em que os autores combinaram a fina análise de 261 entrevistas individuais e 11 discussões em grupo com dados quantitativos de questionários aplicados a 1.144 trabalhadores de várias categorias ocupacionais (dos quais se poderia extrair maiores riquezas). O propósito é compreender como a crítica social se enraíza na ação e, desse modo, participa da formação de sujeitos parcialmente desvinculados dos mecanismos sociais que estruturam a sua experiência. Retomando uma velha questão sociológica: como os atores sociais podem ser sujeitos da sua própria experiência, como podem estar no mundo e nele agir, lhe dar sentido, construí-lo e a ele se opor?

Um dos pontos de partida é a distinção entre desigualdades "justas" e "injustas". As primeiras são legitimadas e as últimas podem ser denunciadas. Só são percebidas como desigualdades aquelas consideradas "injustas", ao passo que essas percepções variam conforme a classe social. Dessa forma, é testada a hipótese de existirem alguns princípios estruturando as experiências de injustiça no trabalho. Ao longo do texto, se analisa a fé na igualdade, o reconhecimento do mérito e a aspiração à autonomia. Se, de um lado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos só admite desigualdades pelo mérito, virtude e talento, a velha divisão social do trabalho conduz às desigualdades. E o que são a igualdade, o mérito e a aspiração à autonomia? Princípios, valores ou ideologias? Cada esfera comparece à vida do trabalho com os seus próprios princípios, não raro contraditórios. As dinâmicas críticas hipoteticamente envolveriam um triângulo, formado pela autonomia (subjetivação), pelo mérito (estratégia) e pela igualdade (integração). Cruzando os princípios de justiça com os princípios criticados, temos (Dubet, 2006, p. 36):

Princípios Criticados	Princípios de Justiça		
	Igualdade	Mérito	Autonomia
Igualdade	<i>Desigualdades excessivas*</i>	Privilégios	Igualitarismo
Mérito	Egoísmo	<i>Exploração</i>	Dominação
Autonomia	Anomia	Favoritismo	<i>Alienação</i>

*As palavras em itálico indicam a crítica interna a cada princípio.

A referência aos três princípios de justiça, centrais e contraditórios, gera a dinâmica de que participam todos os indivíduos. O problema surge do fato de que estas críticas são freqüentemente também contraditórias, porém cada crítica possui uma racionalidade própria. Os resultados desvelam sutis humilhações, formas matizadas de desprezo e mecanismos de diferenciação hierárquica dentro das organizações: os sujeitos falam de "castas", discriminações segundo várias linhas, "escravidão moderna", vergonha e méritos não reconhecidos. A escola é incluída nas falas, com as suas funções colidentes de premiar as capacidades e, ao mesmo tempo, democratizar a educação. Mesmo sendo realizada na França, uma sociedade industrial avançada (ou pós-industrial?), a pesquisa é como uma carapuça que se ajusta às nossas cabeças, ou seja, às cabeças de quem consegue se colocar no lugar do outro. Quantas filigranas dolorosas, não raro despercebidas pelos escalões superiores, colocam os trabalhadores "no seu lugar". Se o regime da escravatura era pior, tinha pelo menos a vantagem de ser ostensivo. Hoje o labirinto dos pequenos privilégios, do tom de voz do superior, das regras disciplinares, dos medos, da desvalorização inflacionária dos diplomas exhibe processos de dominação que podem ser percebidos e legitimados ou não pelos próprios trabalhadores. Como é difícil surpreender aquilo que passava em grande parte despercebido!

As conclusões da pesquisa, entre outros pontos, revelam o mérito como o princípio menos estável e mais controvertido, apesar da sua força moral. Quanto à autonomia, os trabalhadores majoritariamente acham interesse no seu trabalho, porém, na sua defesa crítica, os sujeitos se referem ao trabalho alienante e à autonomia exagerada dos dirigentes. Na sociedade pós-moderna, individualista e igualitarista falta a possibilidade de interpretar sentimentos de injustiça em termos de classe. Não foram as relações de dominação de classe que desapareceram, e sim a sociedade de classes, segundo os autores. As relações mais próximas se tornaram mais importantes que o pertencimento social, no sentido da exploração. Grande parte das injustiças é atribuída mais aos indivíduos que ao sistema. Dessa forma, declinou ou se pulverizou a consciência de classe, atravessada por clivagens transversais, como as de gênero, etnia e corporativismos dispersos. Por isso mesmo, os sentimentos de injustiça não se traduzem em ações, com a perda de capacidade reivindicativa. Os princípios mencionados são, pois, ficções necessárias e práticas. Haveria falta de utopias ou fogo cruzado de contradições, comprometendo cada utopia?

Estas e muitas outras questões emergem da leitura. Se as teorias sociológicas clássicas, afinal de contas, filhas do iluminismo e da Razão, não conseguem explicar este novo meandro, certamente não podem ser atiradas fora. Contudo, a sociologia contemporânea precisa ter bastante criatividade para explicar as ordens sociais num mundo onde há compressão crescente do tempo e do espaço. É o que Dubet e outros procuram fazer. Ainda que tais pesquisas e ensaios não brotem diretamente das circunstâncias histórico-sociais brasileiras, precisamos abrir as janelas. Não nos falta o que aprender e reduzir à nossa realidade.

Referências bibliográficas

DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

_____. *Le déclin de l'institution*. Paris: Eds. du Seuil, 2002.

_____. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

GOMES, Candido. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2005.

Candido Alberto Gomes, doutor em educação pela UCLA, é professor titular fundador da Universidade Católica de Brasília (UCB).

clgomes@terra.com.br